

## DISCURSOS DE MEMÓRIA DO ASSOCIATIVISMO ARQUIVÍSTICO BRASILEIRO

**Evelyn Goyannes Dill Orrico** - [orrico.evelyn@gmail.com](mailto:orrico.evelyn@gmail.com)

Professora Associada, UNIRIO

**Eliezer Pires da Silva** - [eliezerpires@gmail.com](mailto:eliezerpires@gmail.com)

Professor Assistente, UNIRIO

**RESUMO:** O movimento associativo dos arquivistas brasileiros nos anos 70 foi fundamental para estabelecer alguns parâmetros que, atualmente, definem a institucionalização do campo. O objetivo desta comunicação é analisar como foi a discursivização de memória da institucionalização da arquivologia e do arquivista no Brasil pelo próprio associativismo arquivístico. Tomamos como pressuposto que a linguagem é uma instância privilegiada de funcionamento da memória, entendendo memória como dinâmica social na qual se produz sentidos a partir do presente. A noção de trabalho de lembrança nos discursos implica que tanto o lembrar quanto o esquecer ingressam na esfera de uso da linguagem, desse modo, as lembranças e os esquecimentos dos agentes e das testemunhas da institucionalização do campo arquivístico é parte constitutiva do processo sócio-histórico de formação da arquivologia e do arquivista no país. A abordagem metodológica foi selecionar enunciações significativas pelo critério de serem trabalho de memória sobre o processo de institucionalização do campo arquivístico nos editoriais da revista da Associação do Arquivistas Brasileiros entre 1971 e 1978. Os resultados apontam para a organização do associativismo corporativo em prol da competência para o trabalho com os arquivos e a organização social e trabalhista dos arquivistas. Também há uma percepção de que o plano de metas do movimento associativo pela emancipação e pelas condições necessárias para manutenção e perpetuação desses profissionais de arquivo não seria realizado imediatamente, apesar das conquistas já alcançadas, nesse caso, a aprovação do curso superior de arquivo pelo Conselho Federal de Educação e a lei da profissão.

**Palavras-chave:** discursos de memória; associativismo de arquivistas; institucionalização da arquivologia

### 1 INTRODUÇÃO

A importância do associativismo dos arquivistas brasileiros nos anos 70 tem sido reafirmada por várias pesquisas envolvendo temáticas arquivísticas, por exemplo, Crespo (2000); Fonseca (2004); Marques (2007;2011); Santos (2008); Silva (2010); Souza (2010); Gomes (2011). Segundo Orrico e Silva (2011), a configuração do campo arquivístico no Brasil, a partir do ano de 1978, é uma realização – e também o esgotamento da agenda – do associativismo instituído através da Associação dos Arquivistas Brasileiros, em 1971, com a finalidade assumida de estabelecer um modelo nacional de institucionalização da arquivologia (curso universitário) e do arquivista (profissão de quem cursou essa graduação).

Este trabalho é parte da pesquisa do projeto *Memória e discurso-informacional de instituições* sobre a institucionalização do campo arquivístico no Brasil com base nas realizações do seu movimento associativo na década de 1970, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio, dentro da linha de pesquisa Memória e Linguagem. Este trabalho insere-se no projeto, financiado pelo CNPq, que busca compreender a institucionalização do campo arquivístico no Brasil, na medida em que o discurso materializado na revista *Arquivo & Administração*, publicada desde 1972 pela Associação dos Arquivistas Brasileiros, construiu memórias (lembranças e esquecimentos) sobre a criação do curso de arquivologia e a regulamentação da profissão de arquivista no país.

O objetivo desta comunicação é analisar como foi a discursivização de memória da institucionalização da arquivologia e do arquivista no Brasil pelo próprio associativismo arquivístico. A linguagem é entendida como instância privilegiada de funcionamento da memória, supondo a memória como dinâmica social na qual se produz sentidos a partir do presente (OLIVEIRA; ORRICO, 2005, 2006). A noção de trabalho de lembrança nos discursos implica que tanto o lembrar quanto o esquecer ingressam na esfera de uso da linguagem, desse modo, as lembranças e os esquecimentos dos agentes e das testemunhas da institucionalização do campo arquivístico é parte constitutiva do processo sócio-histórico de formação da arquivologia e do arquivista no país.

## **2 A LINGUAGEM COMO INSTÂNCIA PARA CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIA**

Paul Ricouer foi um filósofo que participou de debates sobre memória e articulou a sua relação com a linguagem. No livro *A memória, a história e o esquecimento* (2007), as suas preocupações são três: de ordem pessoal, a experiência temporal e a operação narrativa na consciência de pertencimento definida pela recusa do distanciamento; de ordem profissional, conflito com os historiadores sobre as relações entre memória e história; e, de ordem moral, um compromisso com uma ideia política de justa memória.

O autor demonstra uma arte de memória, que não é imaginação, pensada desde a filosofia antiga. A memória é, sobretudo, uma capacidade de (re) significar as coisas e a si e não apenas um instrumento de guardar dados mnemônicos. Formula uma fenomenologia da lembrança no momento em que a memória se objetiva como imagem presente de uma coisa ausente marcada pela anterioridade.

Ricouer distingue a memória como capacidade de visar com referências passadas e a lembrança como a coisa visada. Esta é entendida como uma imagem que fazemos do passado no plano da experiência viva. Adota a concepção de Henri Bergson sobre a passagem da lembrança pura à lembrança-imagem.

Nesta perspectiva, a lembrança pura e vivida não estaria ainda na forma de imagem, e seria essencialmente virtual, mas capaz de conduzir à lembrança-imagem que se atualiza no presente com a passagem do virtual ao efetivo. Essa compreensão é o plano de fundo da resposta à pergunta *de que lembramos*. Revela-se uma busca de verdade que se manifesta como tal nesse momento de reconhecimento ou atualização com base no esforço de recordação, garantidor de confiabilidade ao que for lembrado. Assim é que “[...] sentimos e sabemos que alguma coisa se passou, que alguma coisa teve lugar, a qual nos implicou como agentes, como pacientes, como testemunhas.”(RICOUER, 2007, p. 70)

Desse modo, as lembranças e os esquecimentos dos agentes e das testemunhas da institucionalização do campo arquivístico é parte constitutiva do processo sócio-histórico ou da trajetória de formação da arquivologia e do arquivista no Brasil posta em questão nesta pesquisa.

Nesse horizonte se inscrevem os trabalhos de Maurice Halbwachs (1877-1945), que é considerado um fundador do conceito de memória coletiva. Trata-se de uma denúncia a atribuição da lembrança a nós mesmos, naturalmente espontânea, sem considerar a realidade social fora de nós.

Halbwachs categorizou uma memória histórica que é fundamentalmente nacional mas vai aos poucos se integrando à memória viva na participação escolar de crianças, ainda que entre o indivíduo e a nação existam os vários grupos, profissionais por exemplo, nos quais memórias coletivas reforçam instituições sociais retomando tradições. É no quadro de um pensamento coletivo que se realizaria o ato pessoal de recordação socialmente marcado pelo lugar ocupado e as relações mantidas e alteradas nesse contexto.

Nesse ponto, a argumentação de Ricouer encontra-se entre uma sociologia da memória coletiva e uma fenomenologia da memória individual, considerando tanto a possibilidade de consciência do eu individual quanto a capacidade de entidades coletivas de recordar e manter lembranças compartilhadas. Busca na região da linguagem um instância declarativa da memória, “a lembrança é dita, pronunciada, já é uma espécie de discurso que o sujeito trava consigo mesmo.” (RICOUER, 2007, p. 138) Essa condição declarativa da memória também seria o seu

ingresso na esfera pública, de impedimentos, manipulações, fragilidades no confronto com o plano institucional.

Portanto, a idéia de memória compartilhada se realizaria num plano intermediário entre a memória viva das pessoas individualmente e a memória pública de comunidades a que se pertence, construída no e pelo discurso. A noção de trabalho de memória segue constituída pela representação presente de uma coisa ausente marcada pela distância temporal e sendo reconhecida no ato de lembrar, “[...] uma teoria da atribuição, sob tríplice figura da atribuição da memória a si, aos próximos e aos outros longínquos”. (RICOUER, 2007, p. 503)

Até esse ponto, a argumentação de Ricouer sobre as operações constitutivas da memória relacionada ao enigma da representação presente de uma coisa ausente marcada pelo selo da anterioridade ilumina a pertinência dos discursos de memória para elucidar o trabalho de lembrança sobre a institucionalização com campo arquivístico no Brasil na década de 1970.

Mikhail Bakhtin (1895-1975) é considerado um filósofo da linguagem influente nas áreas da teoria literária e semiótica, e sua lingüística ultrapassa uma visão da língua como sistema, propondo a abordagem de outros fatores como condições históricas, contexto de fala e relação entre locutor e ouvinte.

O enunciado como unidade se torna uma referência concreta de alternância dos sujeitos falantes, configurada nos fragmentos da comunicação que permitem a resposta do outro, além de possuir um querer-dizer de seu locutor realizado pela memória de gênero do discurso escolhido. Assim, ao abordarmos o enunciado revelamos o “seu caráter de dirigir-se a alguém, a influência da resposta pressuposta, a ressonância dialógica que remete aos enunciados anteriores do outro [e] as marcas atenuadas da alternância dos sujeitos falantes que sulcaram o enunciado por dentro.” (BAKHTIN, 1997, p. 326)

O enunciado bakhtiniano encontra-se influenciado pela condição de produção de quem fala, os lugares sociais dos interlocutores, além do momento histórico; também está relacionado com a organização social da linguagem que não se dá a cada vez que nos comunicamos, mas é socialmente compartilhada; supõe ainda uma construção enunciativa realizada pelo produtor do texto com os recursos disponibilizados da língua.

Essa noção de enunciado problematiza a produção da linguagem incorporando elementos da ordem do social e do histórico, regulados e constituídos sócio-historicamente. As palavras inseridas em enunciados recebem uma expressividade própria do mesmo, isso porque cada

enunciado está imerso em um arcabouço histórico-social específico, tornando-o em órgão de memória.

Na obra de Bakhtin o tema da memória está presente naquilo que o outro guarda de mim para a construção da minha unidade, por exemplo. A memória está na cultura, nas relações intersubjetivas que constituem e atualizam tradições culturais, para além do individual. É no conceito bakhtiniano de gênero que se encontra a idéia de órgão de funcionamento da memória, vivendo do presente, mas recordando do passado, portando uma memória coletiva, viabilizando o encontro e a interação com a palavra do outro. Essa teoria da linguagem e da cultura inscreve leitor ou ouvinte numa cadeia discursiva para conferir sentido ao discurso, já que o autor de um enunciado sempre está em diálogo com outros.

Com base em Bakhtin, Lazzarato (2006) formula a força do cotidiano através da função do discurso nos processos de memória. Para Bakhtin há um regime ou organização social da linguagem que é memória e meio de ação para o sujeito dotado de uma vitalidade social interna, evidenciando uma importância do cotidiano como esfera de atividade constante e fonte das mudanças sociais, pressupondo que as grandes decisões estão nos momentos diários envolvendo o passado no presente.

Depois de apreendida a ideia de trabalho de lembrança na esfera da linguagem, a partir de Ricoeur, e do que são os enunciados e sua relação com a memória, com base em Bakhtin, a seguir caracterizaremos a construção de memórias dentro desta pesquisa sobre memória da institucionalização do campo arquivístico no Brasil.

### **3 DISCURSOS DE MEMÓRIA DO ASSOCIATIVISMO ARQUIVÍSTICO**

Nesta pesquisa, a partir de Ricoeur (2007), admite-se a pertinência da idéia de justa memória, ou seja, a memória que não tem a ilusão de ‘recuperar o que de fato ocorreu’, mas é uma instância política de negociar sentidos em condições presentes, cabendo as deferências e as reparações.

O posicionamento assumido na esfera deste trabalho é a noção de uma imagem para caracterizar o que lembramos - não é imaginação - e que a reflexão sobre esse fenômeno deve abordar o entrecruzamento do olhar sobre o individual e o olhar sobre o exterior, possível na zona da linguagem onde tanto a forma passiva da presença de uma imagem-lembrança como a forma

ativa da busca por lembrar ingressam numa esfera pública de uso da linguagem com possibilidades de atribuição da memória a si, ao próximo e aos outros (diferentes).

A institucionalização de uma ocupação como profissão pode ser observada pelos instrumentos de representação que essa profissão constrói para se reconhecer enquanto tal. No caso dos arquivistas brasileiros, além de uma executiva nacional de associações de arquivologia, existem hoje as associações regionais, configurando um conjunto de instituições em prol da área arquivística, desde a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB, em 20 de outubro de 1971.

No entanto, qual foi a história social do trabalho de luta e de concorrência no qual se construiu a legitimidade dos problemas dos arquivistas? Para Bourdieu isso é

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica de crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os atos dos produtores. (BOURDIEU, 2004, p.69)

A autonomia relativa do campo arquivístico se relaciona com o discurso da especificidade do trabalho arquivístico construído no sentido de legitimar uma reserva de mercado regulamentada e o seu status de área do conhecimento dentro do aparelho de ciência no país.

As esferas institucionais que configuram o campo arquivístico são também onde se realizam o trabalho de memória sobre a constituição da arquivologia e do arquivista no Brasil. Assumimos a hipótese de que três instituições configuraram a constituição do campo arquivístico no Brasil na década de 1970: associativismo arquivístico, ensino universitário em arquivologia e legalização profissional do arquivista. Para Pierre Bourdieu o que importa é entender a história social desses problemas, como o agrupamento desenvolveu o que está em disputa na reprodução do campo.

A seguir encontram-se a transcrição de sequências discursivas dos editoriais do órgão oficial de divulgação da Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1972-1978. Os editoriais da Revista Arquivo & Administração na década de 1970 indicam a concepção da profissão compartilhada pelo conjunto dos arquivistas, uma vez que se pode pensar na composição de um

coletivo, apesar de sua dinâmica de divergências e conflitos. O fato é que se trata de um momento significativo da vida da profissão em que se articulam forças conforme se desenvolve um empreendimento de institucionalização do campo arquivístico no país.

Na medida em que arquivistas concebem como necessária a defesa da atividade arquivística, vista como assistência técnica que um profissional competente concede à administração pública e às empresas, surge assim um esquema discursivo que consiste em: afirmar a importância decisiva dos arquivos e reconhecer o estado insatisfatório da situação atual proclamando que essa situação não deve ser mantida. Para que surgisse um discurso sobre a defesa da atividade arquivística no Brasil na década de 1970 foi necessário um projeto unificador sobre as finalidades culturais e de racionalidade administrativa para os arquivos.

O objetivo central da criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros parece ter sido transformar a ocupação com os arquivos numa profissão institucionalizada e quaisquer que sejam as outras intenções que presidiram o seu nascimento, o associativismo arquivístico foi um dispositivo evidente de ação coletiva para encaminhamento de um projeto de institucionalização do campo arquivístico no Brasil. Desse movimento nasce a regulamentação do trabalho arquivístico no Brasil, inserido na excepcionalidade da situação de repressão política no país, mas sem que tais contextos e relações sejam explicitados em seus enunciados.

No discurso do associativismo arquivístico pode-se observar seus esforços não só para promover a profissão através de reivindicações de status mas também a defesa de uma certa concepção de conhecimento científico em torno do trabalho do arquivista. O instrumento de comunicação da Associação dos Arquivistas Brasileiros serviu como foro de expressão para caracterizar a extensão das tarefas deste profissional. Em menos de dez anos os arquivistas instituíram seu território profissional além de haver conseguido organizar uma corporação a princípio desarticulada.

A atividade arquivística encontra finalmente, em nosso país, o reconhecimento de sua importância e “Arquivos & Administração” marca, justamente, a certeza e o vigor desse movimento. Os objetivos que determinaram a sua existência são os mesmos da Associação dos Arquivistas Brasileiros, da qual é o órgão de divulgação. [...] são muitas as empresas particulares que, organizadas dentro de padrões racionais, não se descuidam de seus arquivos [...] nos setores da administração pública, em geral, a situação assume outro caráter. Questão de mentalidade pouco esclarecida e desconhecimento de informações técnicas sobre o assunto [...] Os arquivos se constituem em auxiliares preciosos de duas disciplinas, pelo menos: A Administração e a História. Portanto são essenciais ao desenvolvimento e à

cultura. [...] “Arquivos & Administração” circulará três vezes por ano, meses de abril, agosto e dezembro e sua distribuição será gratuita. Depois dos arquivistas ela se destina aos empresários em geral, gerentes, autoridades administrativas, historiadores, pesquisadores, professores e demais interessados. (**Editorial, Jose Pedro Esposel, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1972, p.2**)

Conforme trecho transcrito acima, o esquema discursivo está bem estabelecido: os arquivistas agora se tornaram agentes importantes em seu próprio reconhecimento e se percebem como detentores da técnica sobre os arquivos, essenciais ao “desenvolvimento” e à “cultura”. Neste momento já se esboçam duas orientações que poderiam dividir a profissão. De um lado, havia a perspectiva do desenvolvimento, Administração, e, do outro, o arquivo enquanto suporte cultural, ligado a História.

O exemplo da política nacional de arquivos, implantada pelas grandes revoluções que se verificaram na França, em 1789, e na Rússia, em 1917, conquistou franca adesão, e hoje todos os países culturalmente evoluídos e economicamente desenvolvidos contam com uma estrutura racional que disciplina o recolhimento, a preservação e a utilização do seu patrimônio documental. (**Editorial, Jose Pedro Esposel, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1973a, p. 5**)

Esse enunciado sugere um olhar para o plano internacional acionando emblemas revolucionários para reforçar um apelo pela superação da suposta defasagem do Brasil em relação aos “culturalmente evoluídos”. É bastante curiosa a evocação das “grandes revoluções” como exemplos arquivísticos quando se disputava naquele momento a denominação adequada para a tomada do governo pelos militares, golpe ou revolução. Não será este um indício sobre como o coletivo profissional dos arquivistas enunciavam suas questões específicas frente ao contexto de governo dos militares?

Em pauta o problema da situação do arquivista no Serviço Público. [...] num momento em que esperávamos medidas justas e oportunas e, principalmente, coerentes nos diversos setores da administração pública, vem o Decreto 72.493, de 19 de julho de 1973, que dispõe sobre o grupo de outras atividades de nível superior - causar a maior perplexidade e desencanto para os profissionais de arquivo. Insistindo numa visão superada e mal esclarecida das funções e finalidades dos arquivos, confunde e distorce as atribuições peculiares aos serviços que ali devem se desenvolver. Textualmente se refere aos arquivistas com formação de História, de Museologia, de Biblioteconomia. E os arquivistas com formação de arquivistas? (**Editorial, Jose Pedro Esposel, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1973b, p.5**)

A finalidade do movimento associativo em prol dos arquivos está sob ameaça, de acordo com o enunciado acima. Vivia-se um momento difícil: a dinâmica da corporação profissional que buscava triunfar sobre a concorrência (dos historiadores, museólogos e bibliotecários) agora protesta contra uma legislação que integra um grupo de profissionais dentro da área da documentação, conseqüentemente, rompe a unidade da profissão ou instaura uma polivalência contrária aos interesses corporativos. O enunciado revela uma das metas do projeto que compartilhavam para a institucionalização do campo, meta que será reafirmada de modo recorrente no discurso do associativismo arquivístico: a regulamentação da profissão específica de arquivista.

Fazendo um balanço do que se conseguiu neste ano, verificamos ser inegável que o movimento em prol da arquivística nacional vem tomando, a cada dia e por fim, um louvável e consciente impulso, irreversível no sentido de tratar com realismo e inteligência uma atividade básica a qualquer empreendimento. Neste final de 1973 o fato mais significativo foi a assinatura do mandato universitário, celebrado entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Arquivo Nacional, formalizando entendimento, já antigo no MEC, sobre o nível superior do Curso Permanente de Arquivo. [...] a formação universitária propiciará profissionais competentes para cuidar dos arquivos, tornando-se eficientes instrumentos da dinâmica empresarial ou administrativa e possibilitando o incremento da pesquisa científica. (**Editorial, Jose Pedro Esposel, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1973c, p. 5**)

Neste trecho é explícito o trabalho de memória ao se enunciar conquistas do coletivo que se designa “movimento em prol da arquivística nacional”. O acordo entre o Arquivo Nacional e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, para validar os diplomas do curso de arquivo oferecido por aquela instituição arquivística é praticamente computado como realização do associativismo arquivístico, segundo seu discurso. Aqui fica claro qual é a segunda meta do projeto deste coletivo para a institucionalização do campo arquivístico no país: status universitário para a formação do arquivista.

Urge que se complemente a ação desencadeada no Conselho Federal de Educação, ao reconhecer a necessidade da formação de técnicos de nível superior, autorizando a criação de curso universitário e adotando o currículo mínimo. Com o mesmo empenho o Ministério do Trabalho e o Poder Legislativo devem dispor sobre a regulamentação da profissão. (**Editorial, Jose Pedro Esposel, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1974a, p. 3**)

Ao seguirmos os discursos sobre a institucionalização do campo arquivístico, neste meio de comunicação da Associação dos Arquivistas Brasileiros, o que se designa como criação de

curso universitário e regulamentação da profissão tem a ver, portanto, com a defesa do projeto de estabelecer um modelo, com escolhas políticas e de interesses materiais, relacionado às melhores condições em que a profissão de arquivista pudesse ser exercida pelo grupo, sobretudo, com reserva de mercado e importância universitária.

[...] campo de atuação profissional dos arquivologistas. [...] Insistem, por exemplo, alguns Órgãos da cúpula governamental, em destacar documentos cuja importância presumem especial e reuni-los em setores batizados de “museu”. A destinação dos documentos públicos de conteúdo histórico é o Arquivo Nacional, instituição que guarda e preserva aquele patrimônio administrativo e cultural do país. Por outro lado, museus não se confundem com arquivos, cumprindo a estes a finalidade da custódia de documentos, mantendo-os integrados no conjunto arquivístico em que se originaram e passíveis, então, de um bem servir aos propósitos da pesquisa científica. Os tais “museus”, inventados, espúrios e desnecessários, desrespeitam a lei, agredem normas consagradas das técnicas de documentação e violentam princípios básicos da arquivologia. (**Editorial, Jose Pedro Esposel, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1974b, p.5**)

O enunciado acima revela uma variação na denominação do profissional de arquivo, neste caso arquivologista e não arquivista. O discurso reafirma a especificidade dos arquivos propondo que a esfera do museu não é a do patrimônio que resulta da escrita administrativa. As bases dessa suposta ameaça do campo dos museus sobre os arquivos parece ter relações com os debates sobre memória e patrimônio naquele momento, estranhamente, desqualifica-se o surgimento de museus locais e de pequenos grupos por serem “desnecessários” e “inventados”. Aos outros profissionais, rivais do autêntico arquivista, se somam agora esses “museus” promovidos fora das “normas consagradas das técnicas de documentação”.

Nossa luta, conseguiu despertar jovens vocações e decididos defensores do arquivo no Brasil e será continuada. (**Editorial, Jose Pedro Esposel, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1974c, p. 5**)

O interesse maior desse enunciado reside no anúncio do êxito obtido ao ter sido divulgada a importância do papel do arquivista como intermediário dos usos que se pode fazer dos arquivos. Assim, naquele momento, a profissão emergente em territórios ainda mal caracterizados legalmente, entende que já tem o que comemorar, sobre essa questão podia ser observada a conformação de uma comunidade profissional, ou ao menos de interessados.

[...] será chegada, também, a hora e a vez dos arquivos? E se for, introduzirá medidas realmente apropriadas a realidade brasileira? Quanto a primeira, alguns indícios permitem uma expectativa de afirmação. No Rio de Janeiro já temos a formação de pessoal de nível superior (Arquivo Nacional UFRJ) [...] O problema da regulamentação da profissão está sendo levado em consideração do Senhor Ministro do Trabalho em anteprojeto elaborado por iniciativa de nossa entidade. [...] A Associação dos Arquivistas Brasileiros, entidade apolítica, cultural e sem fins lucrativos, surgiu para prestar ao Brasil um serviço relevante - o de valorizar os seus arquivos conseguindo-lhes condições de bem cumprir sua dupla função, administrativa e cultural. [...] Daí o empenho pela formação de pessoal especializado para as tarefas complexas derivadas da produção, fluxo, conservação e utilização dos documentos de arquivo. A luta para a regulamentação, em níveis condignos, de uma profissão já reconhecida e respeitada internacionalmente. **(Editorial, Jose Pedro Esposel, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1975a, p. 2)**

Novamente os elementos de espaço universitário e regulamentação profissional são os horizontes propostos pelo associativismo arquivístico para o campo no Brasil. Porque a formação de nível superior se tornou uma possibilidade com o acordo entre o Arquivo Nacional e a Universidade Federal do Rio de Janeiro agora o problema é, então, colocado de forma ousada, quanto mais se sobe na instâncias institucionais, mais o discurso se torna carregado provocações e ironias. Através da série dos editoriais, que atravessa a década de 1970, pode-se acompanhar os grandes debates sobre as finalidades dos arquivos evocando suas implicações relativas às funções do arquivista. E na procura constante de uma clara definição do que é ou deveria ser o arquivista que se percebe as posições políticas da Associação dos Arquivistas Brasileiros buscando ser vista como “entidade apolítica”.

Com humildade, mas com fé e coragem, pretendemos continuar as metas traçadas. No momento, têm prioridade, nas nossas ações: Projeto de regulamentação da profissão [...] e] entrosamento com as áreas de Documentação, notadamente com a de Biblioteconomia, visando a abertura de curso de formação em Faculdade de interesses conjuntos [...] É bem demonstrativo do que alegamos, a recente decisão em nível federal, baixada pelo Decreto no. 75.657 de 24 de abril, que incluiu as atividades de Arquivo no Sistema de Serviços Gerais, reconhecendo-lhe apenas o aspecto administrativo de execução, esquecendo as ligações estreitas que o mesmo deve ter com a Ciência, a Tecnologia e a História. **(Editorial, Helena Corrêa Machado, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1975b, p.5)**

A despeito da revisão de postura com outros profissionais ao admitir a prioridade do entrosamento com a biblioteconomia, o editorial deixa transparecer cada vez mais os sinais de ameaça que agitam a corporação, desta vez, a insatisfação é com a dicotomização do aspecto administrativo e o outro científico, tecnológico e histórico, por uma legislação federal, nas funções dos arquivos.

Realmente, neste fim de exercício, o primeiro de nossa gestão na AAB, já estávamos precisando desse alento renovador, tão necessário à cruzada Arquivística [...] a programação para 1976, além do bem sucedido "CURSO DE ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS DE EMPRESAS", incluirá dois outros, a serem ministrados pelos eminentes professores americanos Frank B. Evans e Virginia Mounce.[...] Mas, nem só em cursos trabalhamos, pois além desta Revista, cuja aceitação pode ser comprovada por expressiva correspondência, tivemos, não só parte ativa na Regulamentação da Profissão (Processo MTB 320.186/75), como na criação do Curso Superior de Arquivologia em Brasília, merecendo, neste caso, todos os louvores, o nosso Núcleo do D. F., dirigido bravamente por Astréa Moraes e Castro.[...] Assim, somando esforços para representar a classe sofrida dos Arquivistas, o programa de trabalho do ano de 1976 será mais um desafio a enfrentar. Eis que além de todas as metas em andamento em 1975 - Regulamentação da Profissão, Curso Superior, Estudos Técnicos, Cursos etc. teremos o 3º Congresso Brasileiro de Arquivologia, que será realizado em outubro de 1976, em Brasília. **(Editorial, Helena Corrêa Machado, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1975c, p.5)**

A argumentação comporta a expressão “cruzada”, que aciona os sentidos de movimentos militares de inspição cristã, guerra santa. No discurso transcrito acima novamente os elementos de regulamentação da profissão e curso superior aparecem como as metas, agora, de modo veemente, apresentados como realização do coletivo profissional de arquivistas que estava se organizando, o movimento se percebe agente direto no processo de institucionalização do campo arquivístico por meio de ações do Estado brasileiro. A distinção de Astréa Moraes e Castro dentro do grupo diretor da Associação dos Arquivistas Brasileiros seria por quê?

Não se pode deixar de mencionar que há um intrincado meandro de relações pessoais, como se pode depreender por Ástrea de Moraes e Castro (2008) que publicou textos e documentos sobre a trajetória da Arquivologia no Brasil, demarcando a sua participação no movimento associativo, a sua carreira como arquivista na Câmara dos Deputados, sobretudo, suas articulações junto ao diretor de ensino superior do Conselho Federal de Educação, Vicente Sobriño Porto, com quem teria relações pessoais, para conseguir a aprovação da graduação em Arquivologia. Também assegura que acionou as influências de Amália Lucy Geisel, filha do militar presidente da República Ernesto Geisel, para que a regulamentação da profissão acontecesse em 1978.

A Reunion Regional de Expertos para el desarrollo de los Archivos Nacionales em America Latina , Bogotá, onde a UNESCO dá cumprimento ao programa NATIS (Sistemas Nacionais de Informação, Paris, 1974) consignou em seu Informe Final, mediante depoimento dos participantes dos países da região, que a despeito das deficiências de mão-de-obra qualificada e de escassez de meios materiais, já há inequívocos indícios de interesse em torno dos Arquivos. Síntese da situação atual: 1) determinação de obter "status" para os arquivistas, mediante criação de cursos de formação, bem como a regulamentação da profissão; 2)

exigência de formação profissional não só para os arquivistas, como para os dirigentes dos arquivos, que são geralmente escolhidos entre outras categorias, notadamente a dos historiadores; 3) necessidade de revisão da legislação vigente; 4) criação de sistemas nacionais de arquivo em consonância com o programa NATIS; 5) necessidade de aumentar os recursos disponíveis, inclusive o de instalação dos arquivos; 6) adoção de métodos adequados ao longo de toda linha do sistema, isto é, desde os arquivos correntes; 7) conscientização da importância das técnicas de conservação dos acervos; 8) divulgação de manuais e trabalhos similares; 9) maior atuação das associações de classe tanto na administração pública como junto às empresas (**Editorial, Helena Corrêa Machado, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1976a, p.5**)

No trecho acima está em destaque a reunião regional organizada pela UNESCO, do Brasil, participou o então ex-presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros. Observa-se uma convergência na ordem de prioridade da comunidade internacional em relação à agenda do associativismo brasileiro com suas metas de curso universitário e regulamentação da profissão. Essas recomendações parecem ter subsidiado ainda mais a concepção que o coletivo profissional sobre suas próprias demandas.

Merece, entretanto, destaque especial o nosso 3º Congresso Brasileiro de Arquivologia [... encontram-se entre os objetivos] entrosar arquivistas e historiadores, na visão conjunta de que a qualidade da pesquisa depende, em grande parte, do padrão de desempenho dos que lidam nos arquivos; e examinar os problemas de qualificação profissional do pessoal de Arquivo. (**Editorial, Helena Corrêa Machado, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1976b, p.5**)

Os vínculos tradicionais entre a Arquivologia e a História são também tensos em relação ao desenvolvimento da profissão específica de arquivista. No enunciado em questão os conflitos podem ser supostos na medida em que há demanda por entrosar arquivistas e historiadores e, ainda, como essa aproximação é justificada pela dependência e pela distinção entre as profissões.

[...] lutamos por uma temporada ou por finalidades duradouras em termos de técnica e de profissionalização, mesmo sabendo de antemão que o brilho tardará? Quando muito, poderemos consignar resultados parciais, em cada degrau da escalada, fruto sempre de trabalho discreto e pertinaz, em ação polivalente junto a frentes de trabalho. (**Editorial, Helena Corrêa Machado, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1976c, p.5**)

O associativismo corporativo atingiu nas palavras deste editorial a forma de luta duradoura em prol da competência para o trabalho com os arquivos e a organização social e trabalhista dos arquivistas. Também há uma percepção de que o plano de metas do movimento associativo pela emancipação e pelas condições necessárias para manutenção e perpetuação

desses profissionais de arquivo não seria realizado imediatamente, apesar das conquistas já alcançadas, nesse caso, a aprovação do curso superior de arquivo pelo Conselho Federal de Educação e a validação universitária do curso técnico do Arquivo Nacional.

[Trajetória da AAB] Vida que, como sabem, nasceu no início desta década, de um punhado de idealistas que à época poderia ser julgado como um grupo quixotesco, visionário, cuja grande meta - seus moinhos de vento - consistia em que os arquivos brasileiros, em sua grande maioria desacreditados por inoperantes, passassem a atuar, exercendo o seu verdadeiro papel dentro do contexto administrativo, social e cultural. Do grupo muita coisa há para dizer, mas nada tão importante como o sentido predominantemente coletivo de suas ações que nunca se perdeu entre os meandros menos nobres de conquistas individuais. Com esse propósito não foi fácil manter o grau de coesão, fundamental para a árdua batalha travada para atingir as metas sonhadas. [...] merece destaque o trabalho dedicado à regulamentação da profissão, tanto na redação de anteprojetos substitutivos, como no comparecimento a reuniões com representantes do Ministério do Trabalho. [...] Enfim, foram 2 (dois) anos de algumas frustrações e muitas alegrias, estas principalmente, porque Universidades já estão abrindo suas portas, historiadores e homens de letras começam a reconhecer que há uma ação e uma profissão distintas na área arquivística e, ainda, porque sentimos Governo, empresas e comunidade respondendo, de alguma forma, à nossa mensagem. Acrescentamos, como palavra de ordem, a nossa promessa de continuar a lutar, dentro dos limites próprios, naturalmente, para ajudar a AAB a atingir os seus objetivos, mediante prestação de serviço, especialmente em relação às metas que na nossa gestão não lograram resultado final, tais como a regulamentação da profissão e o Sistema Nacional de Arquivos. **(Editorial, Helena Corrêa Machado, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1977a, p.3)**

O rememoração da presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros sobre a trajetória de realizações coletivas qualifica o próprio movimento, alegando um heroísmo idealista, quixotesco, visionário. Este discurso oficial da AAB vêm reforçar que se buscava anunciar um sentido de ação coletiva para explicar o processo de institucionalização do campo arquivístico naquele período.

Fiel aos seus princípios estatutários, a Associação dos Arquivistas Brasileiros vem desenvolvendo uma luta corajosa, perseverante e entusiasta no sentido de valorizar a função dos arquivos no desenvolvimento social, econômico, político e, principalmente, cultural de nosso país, bem como o desempenho profissional dos arquivistas e técnicos de arquivo, sem os quais os próprios arquivos não teriam sentido, pois seriam como que um corpo sem alma! Assim, a partir da criação da AAB, em 1971, o panorama arquivístico brasileiro vem passando por transformações incontestáveis, com reflexos altamente positivos em vários países do mundo e, de modo especial, na América Latina. Cremos que a pedra fundamental dessa nova era arquivística foi lançada durante o 1º Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 1972, quando um grupo de educadores e especialistas se reuniu para elaborar o currículo mínimo do Curso Superior de Arquivologia, o qual, aprovado pelo Conselho Federal de Educação, passaria a funcionar, em 1974, no Arquivo Nacional, por mandato universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e que, a partir do próximo ano estará sendo realizado sob a responsabilidade da FEFIERJ. No início de 1977, a Universidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul,

inaugurou seu Curso Superior de Arquivo; no momento, outras universidades estudam também a inclusão de tais cursos em sua programação de ensino. Vencida a primeira e importante tarefa, qual seja, a de dotar o país de recursos humanos indispensáveis a salvaguarda e utilização de seu acervo documental, caberia a AAB pugnar pelo reconhecimento oficial da profissão. Em 1975, a AAB dirigiu-se ao Ministério do Trabalho para solicitar a Regulamentação da Profissão, recebendo daquele Ministério, e pessoalmente por parte do Senhor Ministro, demonstrações de sensibilidade para o problema e interesse pelo assunto. A matéria vem sendo estudada na esfera governamental e, já agora, no mês de agosto, será realizada uma reunião no Ministério do Trabalho que, além de seu representante, contará com a participação de membros do Conselho de Biblioteconomia e da Associação dos Arquivistas Brasileiros; na oportunidade será debatido o ante-projeto de Lei, elaborado pela Comissão de Legislação e Normas do Conselho Federal de Biblioteconomia, que dispõe sobre a profissão de Bibliotecário, Arquivista, Técnico de Biblioteconomia e Técnico de Arquivo, e regula seu exercício. Vivemos pois um momento solene e decisivo da batalha iniciada há quase seis anos com o objetivo de reunir os profissionais de documentação, na esperança de que juntos possamos elevar o nível técnico da ciência da informação em nossa pátria. (**Editorial, Marilena Leite Paes, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1977b, p.3**)

Ora, para dar conta do momento vitorioso, o discurso se torna um trabalho de lembrança do percurso de empreendimentos do associativismo arquivístico na direção das metas de status universitário e regulamentação da profissão de arquivista. Apela-se assim para uma relação de causa e efeito entre a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros e os marcos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil.

Dentre tais realizações colocamos em destaque, ao lado da regulamentação de nossa profissão, o Sistema Nacional de Arquivo, cujo projeto de Decreto acaba de ser entregue ao Sr. Ministro da Justiça, esperando-se que, até o final do mês de janeiro, o Sistema esteja oficialmente criado. (**Editorial, Marilena Leite Paes, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1977c, p.3**)

Nos editoriais da revista da AAB, de 1972 a 1976, a criação do Sistema Nacional de Arquivos não foi uma meta do associativismo arquivístico, no entanto, agora se torna uma de suas realizações.

A Associação dos Arquivistas Brasileiros e o Arquivo Nacional já estão em entendimentos para dar início às providências necessárias à concretização de um programa à altura dos demais países desenvolvidos [ para a Semana Internacional de Arquivos]. (**Editorial, Marilena Leite Paes, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1978a, p.3**)

A campanha pela participação do Brasil na Semana Internacional de Arquivos dá lugar ao discurso que toma o plano internacional como referência a ser atingida pela comunidade arquivística brasileira.

A escalada da regulamentação da profissão. A partir da Exposição de Motivos nº 10, de 10 de março de 1978, do Sr. Ministro do Trabalho à Presidência da República, e da Mensagem nº 094, de 27 de março de 1978, do Poder Executivo, encaminhando ao Congresso Nacional o projeto de lei dispendo sobre a regulamentação de nossa profissão. Após exame e apreciação pelas Comissões de Constituição e Justiça, Educação e Cultura, Trabalho e Legislação Social, o projeto foi finalmente aprovado, com algumas emendas, no dia 9 de junho, pelo plenário da Câmara dos Deputados. Encaminhado ao Senado Federal, foi igualmente estudado pelas Comissões de Constituição e Justiça, Educação e Cultura, Trabalho e Legislação Social daquela Casa, obtendo, a exemplo do ocorrido na Câmara Federal, pareceres altamente favoráveis. Uma vez aprovado pelo Senado, o projeto foi restituído ao Palácio do Planalto onde, a 4 de julho, foi sancionado pelo Exmº Sr. Presidente da República, transformando-se finalmente em lei. Ao apresentar esse breve histórico, a Diretoria da Associação dos Arquivistas Brasileiros congratula-se com todos os seus associados e agradece a compreensão lúcida de nossos ilustres homens públicos relativamente a importância do reconhecimento de nossa profissão. **(Editorial, Marilena Leite Paes, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1978b, p3)**

O discurso enuncia um processo legislativo em que o Estado confere o reconhecimento de uma profissão, por meio de lei que a define, regulamenta e circunscreve sua jurisdição. Esse espaço de atuação profissional ficou vinculado aos certificados nos cursos de graduação na área. A expressão “escalada da regulamentação da profissão” é emblemática no discurso do associativismo arquivístico para caracterizar sua própria participação no processo.

Hoje, os concursos públicos restringem a ocupação dos cargos de arquivista (nível superior) aos diplomados na área. Para nós arquivistas 1978 foi particularmente rico. Dois antigos e sonhados projetos transformaram-se em realidade: a regulamentação profissional e a criação do Sistema Nacional de Arquivos. [...] Todos os profissionais de arquivo devem participar da consolidação das conquistas alcançadas em 1978, ano que será sempre citado como marco de uma nova era para a Arquivologia brasileira. **(Editorial, Marilena Leite Paes, ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1978c, p.3)**

No trecho acima pode-se identificar a comemoração de sonhos e projetos do associativismo arquivístico, neste momento, realizados. É interessante notar a clareza com que a lei da profissão foi percebida como reserva de mercado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A institucionalização do campo arquivístico no Brasil no final da década de 1970 pôde ser constatada pela existência de um categoria profissional com curso superior e profissão

regulamentada. A relação entre o movimento associativo dos arquivistas e a institucionalização do campo arquivístico, expressa por sua inserção acadêmico-universitária em 1977 e sua regulamentação profissional em 1978, revela um processo histórico em que a Associação dos Arquivistas Brasileiros foi atendida em sua demanda frente ao Estado.

A análise da linguagem como instância de construção de memória sobre a institucionalização do campo arquivístico no Brasil, com base nos discursos associativismo arquivístico, revelou a organização do associativismo corporativo em prol da competência para o trabalho com os arquivos e a organização social e trabalhista dos arquivistas. Também evidencia que havia uma percepção de que o plano de metas do movimento associativo pela emancipação e pelas condições necessárias para manutenção e perpetuação desses profissionais de arquivo não seria realizado imediatamente, apesar das conquistas que alcançavam, nesse caso, a aprovação do curso superior de arquivo pelo Conselho Federal de Educação e a lei da profissão. Estas análises ainda representam uma experimentação com as fontes que vem sendo utilizadas para a compreensão do trabalho de memória sobre o processo de institucionalização do campo arquivístico.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro : Associação do Arquivistas Brasileiros, v. 1, n. 0, 15-20 de out., 1972. (1º Congresso Brasileiro de Arquivologia)

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro : Associação do Arquivistas Brasileiros, v. 1, n. 1, abr., 1973a.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro : Associação do Arquivistas Brasileiros, v. 1, n. 2, set., 1973b.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro : Associação do Arquivistas Brasileiros, v. 1, n. 3, dez., 1973c.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro : Associação do Arquivistas Brasileiros, v. 2, n. 1, abr., 1974a.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro : Associação do Arquivistas Brasileiros, v. 2, n. 2, ago., 1974b.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro : Associação do Arquivistas Brasileiros, v. 2, n. 3, dez., 1974c.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro : Associação do Arquivistas Brasileiros, v. 3, n. 1, abr., 1975a.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro : Associação do Arquivistas Brasileiros, v. 3, n. 2, ago., 1975b.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro : Associação do Arquivistas Brasileiros, v. 3, n. 3, dez., 1975c.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro : Associação do Arquivistas Brasileiros, v. 4, n. 1, abr., 1976 a.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro : Associação do Arquivistas Brasileiros, v. 5, n. 2, ago., 1976b.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro : Associação do Arquivistas Brasileiros, v. 4, n. 3, dez., 1976c.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro : Associação do Arquivistas Brasileiros, v. 5, n. 1, abr., 1977a.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro : Associação do Arquivistas Brasileiros, v. 5, n. 2, ago., 1977b.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro : Associação do Arquivistas Brasileiros, v. 5, n. 3, dez., 1977c.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro : Associação do Arquivistas Brasileiros, v. 6, n. 1, abr., 1978.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro : Associação do Arquivistas Brasileiros, v. 6, n. 2, ago., 1978a.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro : Associação do Arquivistas Brasileiros, v. 6, n. 3, dez., 1978b.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

CASTRO, Astréa de Moraes e. **Arquivologia**. Sua trajetória no Brasil. Brasília: Stilo, 2008.

CRESPO, Cláudio Dutra. **O campo da arquivística e os arquivos setoriais**: conhecimentos e práticas. 2000. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação) – IACS, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**: (Re) definição de marcos interdisciplinares. 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)- IBICT, Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

GOMES, Yuri Queiroz. **Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978)**: entre a memória e a história. 2011. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. **Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2011.

OLIVEIRA, Carmen Irene Correia de; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. A linguagem na construção do sentido: discurso e organização do conhecimento. In: GÓMEZ, Maria Nélide González de; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill Orrico (org.). **Políticas de memória e informação**: reflexos na organização do conhecimento. Natal: EDUFRN, 2006, v. 1. p. 139-166.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Memória e discurso: um diálogo promissor. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (org.) **O que é memória social?**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

ORRICO, Evelyn Goyannes Dill ; SILVA, Eliezer Pires da. Network of specialists in the archival field and the impact on knowledge organization: the case of Brazil. **X Congreso ISKO capítulo español**. Ferrol, 2011.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **A arquivística no laboratório**: história, teoria e métodos de uma disciplina. 2008. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Maria Leonilda Reis da, **História e Memória do Arquivo Central da FGV**. 2010. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Rio de Janeiro, 2010.

SOUZA, Katia Isabelli Melo de. **Arquivista, visibilidade profissional**: formação, associativismo e mercado de trabalho. Brasília: Starprint, 2011.